

**Muito além do peso:
uma reflexão sobre a cobertura jornalística da proibição dos emagrecedores no Brasil¹**

Vanessa Amaral²

Josué Laguardia³

Resumo:

Neste trabalho, utilizamos a metodologia da Análise de Discursos para descrever algumas operações de natureza discursiva observadas em dois textos extraídos de Revistas Semanais de Informação: a Revista Carta Capital e a Revista Isto É. Escolhemos um invariante referencial – a controvérsia sobre a comercialização dos medicamentos emagrecedores no Brasil – para investigar os recursos linguísticos e ideológicos utilizados pela mídia nacional para representar as questões relacionadas à obesidade. Pretendemos, assim, fazer uma reflexão sobre o equilíbrio de forças que permite que determinadas formas de ver e perceber a saúde e a doença tornem-se predominantes sobre as demais em dada conjuntura histórica e social.

Palavras-chaves: obesidade; controvérsia; mídia; risco à saúde; semiologia.

Introdução

No dia 25 de janeiro de 2010, a agência reguladora de medicamentos da Europa (EMA) proibiu a venda e o uso do medicamento Sibutramina nos países que compõem o bloco europeu. No dia seguinte, o jornal O Globo publicou a seguinte chamada de capa: “Europa veta remédio de emagrecer mais popular”. Durante a semana que se sucedeu à decisão europeia, todos os principais veículos de comunicação do Brasil noticiaram o acontecimento, exigindo um posicionamento da autoridade reguladora brasileira e esclarecimentos quanto aos riscos de utilização do produto.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); e-mail: vjournalist@gmail.com

³ Pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fiocruz; e-mail: josue.laguardia@icict.fiocruz.br

Do ponto de vista regulatório, esse impasse foi solucionado no Brasil no ano de 2011, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anuncia a permanência da Sibutramina no mercado, mas opta pela proibição de três inibidores de apetite muito comercializados no país naquele momento: Anfepramona, Mazindol e Femproporex. A medida gerou descontentamento entre usuários, representantes da indústria farmacêutica e médicos endocrinologistas, o que mobilizou uma ampla discussão sobre a segurança de utilização de anorexígenos para fins de emagrecimento e questionamentos quanto às opções terapêuticas disponíveis para combate à obesidade.

A controvérsia não se circunscreveu ao ambiente científico e foi largamente midiaticizada, tendo sido conduzida majoritariamente pela via discursiva, por intermédio da cobertura noticiosa feita pelos principais meios de comunicação do país. Até os dias de hoje a decisão da autoridade reguladora brasileira é questionada por meio de ações judiciais e pronunciamentos contrários da indústria farmacêutica e de entidades médicas. Há uma forte pressão pela volta dos medicamentos, inclusive com a tramitação de projeto de lei no Congresso Nacional que prevê a anulação da decisão da Anvisa e o retorno dos emagrecedores derivados de anfetamina ao mercado.

Tendo como ponto de partida o entendimento de que os discursos são espaços de luta ideológica, modo de prática política, como destaca Fairclough (2001), e diante do reconhecimento da importância dos discursos jornalísticos para a construção das identidades no mundo moderno, este estudo utiliza a metodologia da Análise de Discursos para descrever algumas operações de natureza discursiva⁴ observadas na cobertura noticiosa do processo de regulação dos inibidores de apetite no Brasil. Especificamente, procedemos à comparação de unidades discursivas⁵ extraídas de duas Revistas Semanais de Informação de circulação nacional: a Revista Carta Capital e a Revista Isto É. A comparação é necessária, pois, como explica Milton Pinto (1999), o sentido não pode ser abstraído de um item isolado, uma vez que surge exatamente das diferenças formais.

⁴ Segundo Eliseo Verón (2004), quando fazemos análise de discurso, descrevemos “operações”. Essas operações discursivas são subjacentes ao texto e deixam inúmeros traços na superfície textual. São elas que nos remetem “às condições de produção do discurso, cuja economia de conjunto define o marco das leituras possíveis, o marco dos efeitos de sentido desse discurso” (VÉRON, 2004, p.65).

⁵ Por “unidade discursiva”, Eliseo Verón (2004) entende um fragmento discursivo qualquer.

Assim, a partir do invariante referencial escolhido – a controvérsia sobre a comercialização dos medicamentos emagrecedores no Brasil – pretendemos investigar os recursos linguísticos e ideológicos utilizados pela mídia nacional para representar as questões relacionadas à saúde, e mais especificamente à obesidade. Nosso objetivo é fazer uma reflexão sobre o equilíbrio de forças que permite que determinadas formas de ver e perceber a saúde e a doença tornem-se predominantes sobre as demais em dada conjuntura histórica e social.

O corpus

Uma rápida busca com a palavra-chave “emagrecedores” no sistema informatizado de *clipping* do Ministério da Saúde (MS) listou um total de 942 notícias em 225 veículos de comunicação de suportes distintos⁶, no período de outubro a dezembro de 2011 – meses que sucedem a tomada de decisão da Agência sobre os medicamentos anorexígenos. No período anterior à decisão, janeiro a setembro de 2011, o sistema identifica um total de 1071 notícias, em cerca de 170 veículos, com referência à palavra “emagrecedores”⁷.

O total de mais de 2 mil notícias publicadas pelos principais veículos de comunicação do país, no ano de 2011, evidencia o forte apelo midiático que o debate sobre os medicamentos emagrecedores adquiriu no Brasil naquele momento. Este fato despertou a atenção dos pesquisadores e instigou a olhar mais de perto esses discursos, aqui entendidos como práticas sociais, integrantes de contextos sociais, históricos e culturais amplos, e não como elementos neutros, de caráter instrumental, alheios às pressões sociais e às relações de poder em que são produzidos (PINTO, 1999; ARAÚJO, 2000). Os discursos constituem aqui o centro principal da análise porque assumem “papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade” (PINTO, 1999, p.24).

⁶ O sistema de *clipping* do Ministério da Saúde é um serviço informatizado bastante complexo que monitora os principais veículos de comunicação utilizados pela imprensa nacional e regional, englobando todas as mídias tradicionais (Rádio, TV, jornais e revistas impressos, e produtos jornalísticos disponíveis apenas na internet, como sites de notícias, blogs, entre outros). O total de notícias mencionado neste estudo diz respeito a esse universo. O acesso é restrito aos servidores do Ministério da Saúde, sendo possível acessá-lo porque um dos autores atua na área de Comunicação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

⁷ O sistema informatizado do Ministério gera resultados que indicam que a palavra emagrecedores foi mencionada pelo menos uma vez na notícia pesquisada, o que não quer dizer que a matéria publicada foi direcionada integralmente ao debate do tema em questão. A análise oferecida pelo serviço de *clipping* do Ministério é estritamente quantitativa.

Dada a abrangência e complexidade dos diferentes tipos e suportes de mídia disponíveis na atualidade e à impossibilidade de empreender uma análise tão abrangente a ponto de englobar todas as mídias existentes, decidimos restringir o estudo à imprensa escrita. No entanto, para viabilizar o exercício de análise, foi necessário definir um recorte ainda mais preciso, com base em critérios que nos permitissem comparar os textos escolhidos. Assim, ao combinar os critérios de *periodicidade*, *gênero* e *função*⁸, chegamos às revistas semanais de informação.

No ano de 2011, foram publicadas, nas revistas semanais de informação brasileiras, seis reportagens relacionadas à polêmica da regulação dos medicamentos emagrecedores no país – três na Revista Veja, uma na Revista Época, uma na Revista Carta Capital e uma na Revista Isto É. Além das reportagens identificadas, foram publicadas, no mesmo ano, quatro notas sobre o tema: uma na seção Panorama da Revista Veja e três na coluna de Ricardo Boechat, na Revista Isto É⁹.

Como a metodologia da Análise dos Discursos exige a delimitação de um corpus ainda mais restrito para a análise, decidimos estudar as reportagens publicadas após a tomada de decisão da Anvisa, que ocorreu no dia 4 de outubro de 2011. Apenas duas das matérias identificadas atendiam a esse requisito: a reportagem “Os excessos do lobby”, de Cynara Menezes, publicada na edição de 8 de outubro de 2011 da Revista Carta Capital; e a matéria “Emagrecedores condenados”, de Monique Oliveira, publicada na edição de 9 de outubro de 2011 da Revista Isto É. Essas são as unidades discursivas utilizadas nesse trabalho.

Sobre a leitura

Alguns questionamentos norteiam o nosso olhar: quem são os sujeitos que os textos evocam para debater a temática dos emagrecedores? Como a controvérsia é retratada? Quem são as vozes que, nesses textos, ocupam o centro e a periferia do jogo discursivo?

⁸ Como afirma Eliseo Verón (2004, p.92), a *periodicidade* “determina (parcialmente) gêneros, os quais assumem habitualmente *funções* predominantes”.

⁹ Os dados foram extraídos do serviço de *clipping* do Ministério da Saúde. A busca no sistema informatizado foi feita a partir das palavras-chaves: emagrecedores, anorexígenos, e sibutramina.

Existem vozes silenciadas? Que vozes são essas? Como o conceito de risco à saúde é apresentado? Como as questões relacionadas à obesidade são apresentadas?

Metodologicamente, a análise recai, assim, sobre o dispositivo de enunciação, procurando identificar a pluralidade de sujeitos que compõem o ato discursivo, suas condições de produção e alguns dos mecanismos intertextuais que condicionam os processos de produção dos sentidos. Para tanto, o estudo terá como base os três postulados centrais da Semiologia dos Discursos Sociais: o da Semiose Infinita, o da Heterogeneidade Enunciativa, e o da Economia Política do Significante.

Para a Semiologia dos Discursos Sociais, não existe objeto assignificante, assim como não existe uma significação imanente das coisas e das palavras, um vínculo imutável entre o signo e seu referente. Qualquer objeto, verbal ou não verbal, é sempre semantizado, dotado de múltiplos sentidos e pode ser considerado um pacote significativo (PINTO, 1994).

“A ‘semiosis’ consiste numa rede infinita de remissivas de representações na mente dos indivíduos: “cada significante remete para outro(s) significantes(s), não se chegando a um sentido estável, a não ser muito provisoriamente” (ARAÚJO, 2000, p.130).

Do ponto de vista semiológico, o sentido é múltiplo, está sempre em movimento e o discurso é o lugar de produção social do sentido. A semiose é infinita, pois comporta inúmeras combinações de sentido acionadas pelos contextos e condições particulares de quem participa do jogo discursivo, mas não goza de liberdade absoluta “já que conhece seus limites na sociedade que a abriga e no tempo histórico a que pertence” (CARDOSO, 2001, pg.3).

Já o postulado da Heterogeneidade Enunciativa diz respeito à multiplicidade de vozes que compõem e constroem um enunciado ou discurso. Na análise de discursos, “todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de ‘vozes’ ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado” (PINTO, 1999, p.27).

O terceiro postulado, o da economia política do significativo, estabelece que todo objeto significativo funciona sob a lógica de um mercado: é produzido num dado contexto histórico, circula no meio social e é consumido, real e simbolicamente (PINTO, 1994). Neste mercado simbólico, as relações se desenvolvem entre discursos e é por meio deles

que os sujeitos negociam suas trocas, disputando sentidos e concorrendo pela supremacia na construção dos sentidos dominantes (ARAÚJO, 2000). Nas palavras de Eni Orlandi: “O sentido não está alocado em lugar nenhum, mas se produz nas relações” (2007, p.20).

Assim como em outros mercados o sistema produtivo deixa marcas nos objetos que produz, no mercado simbólico os discursos também são determinados pelo sistema de produção, circulação e consumo, que neles deixam marcas. A Análise dos Discursos parte dessas marcas para reconstruir os processos sociais, culturais e políticos que as conformaram e compreender, assim, os mecanismos de base do funcionamento social.

Para identificar as vozes presentes nos textos em análise, utilizamos a seguinte classificação: sujeito da enunciação – o emissor; sujeito do enunciado – o receptor idealizado; e enunciadores – todas as demais vozes convocadas pelo emissor (VÉRON, 2004).

A leitura

Texto 1 (fig. 1)

Revista: Carta Capital

Editoria: Seu País; matéria de capa

Título: “Os excessos do Lobby”

Autor: Cynara Menezes



Fig 1

A Revista *Carta Capital* é uma revista de informações de periodicidade semanal publicada pela Editora Confiança, com tiragem de 65 mil exemplares. Foi fundada, em 1994, pelo jornalista ítalo-brasileiro Mino Carta e desde então assume uma linha editorial alinhada à esquerda política. De acordo com o site da revista, a publicação se constitui em “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira”. Devido ao caráter opinativo de

alguns dos textos publicados e à postura editorial explicitamente esquerdista, a revista é considerada por alguns estudiosos como exemplo de exercício do ativismo jornalístico.

A reportagem “Os excessos do lobby” é a matéria de capa da edição de 8 de outubro de 2011 e ocupa cinco páginas da publicação. O texto foi produzido pela jornalista Cynara Menezes, autora empírica da matéria em questão, que poderia ser identificada, à primeira vista, como sujeito da enunciação. No entanto, é notório que a reportagem assinada pela jornalista tem por objetivo marcar uma posição da revista em relação à polêmica dos emagrecedores, claramente em apoio à decisão governamental e em consonância com a postura editorial adotada pelo veículo. Alguns indícios – como a crítica explícita a uma matéria da Revista Veja publicada na semana anterior, promovendo o uso *off label*¹⁰ de medicamento para diabetes no tratamento da obesidade; o espaço desproporcional dado aos argumentos utilizados pela Anvisa; ou o fato de uma repórter de política ser destacada para cobrir uma matéria que, em outra situação, seria rotulada como uma matéria de saúde –, parece indicar que, nesse caso, a repórter materializou um posicionamento do corpo editorial de Carta Capital, que identifico aqui como o verdadeiro sujeito da enunciação.

No texto, são explicitamente referenciados os seguintes enunciadores: Anvisa, Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso), IBGE, Sociedade Brasileira de Endocrinologia (SBE), Conselhos Regionais de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) e do Paraná (CRM-PR), Polícia Federal, Revista Veja, e uma ex-usuária de anfetamina. Segundo Milton Pinto (1994, p.19), os enunciadores “são as vozes a quem se creditam as representações copresentes no enunciado (...) e com as quais o emissor se identifica ou não, conforme seus interesses pragmáticos-argumentativos”.

Os enunciadores são convocados pelo sujeito da enunciação de maneiras diversas na matéria, por meio do discurso direto ou indireto ou por simples citação, com espaço para voz ou de maneira acessória para corroborar algum ponto de vista, como detalharemos a seguir. Todos esses recursos lingüísticos dizem respeito a uma ação intencional do sujeito

¹⁰ Uso *off-label* é a prática da prescrição de medicamentos registrados para uma indicação não incluída na bula do produto e, portanto, não aprovada.

da enunciação, em favor de interesses “pragmático-argumentativos”, conforme explicitado por Pinto (1994).

Na reportagem de Carta Capital, a argumentação da Agência Reguladora é a que recebe maior destaque. No início do texto, a oposição entre Anvisa e indústria farmacêutica é reforçada, sendo que a Agência é elevada à posição de defensora do interesse público em claro contraponto aos interesses mercadológicos da indústria dos emagrecedores. A visão maniqueísta já aparece no primeiro parágrafo: *“O mercado multimilionário do emagrecimento acaba de sofrer um duro golpe no Brasil. Na terça-feira (4), a Anvisa anunciou a decisão de proibir em todo o território nacional a comercialização de três substâncias anorexígenas e de aumentar o controle sobre um quarto produto, a sibutramina, por considerar que oferecem mais riscos do que benefícios à saúde”*.

O dualismo entre Agência Reguladora x Indústria farmacêutica permeia todo o texto, mas a reportagem não restringe seus recursos argumentativos a esses dois pólos. Ao contrário, enfatiza em diversos momentos que o debate sobre a regulação dos emagrecedores no país se deu em meio a um ambiente bastante controverso e polêmico, povoado por vozes divergentes e interesses conflitantes. A falta de consenso é destacada nos seguintes trechos: *“o anúncio de proibição pela Anvisa dos anorexígenos colocou em pé de guerra os sanitaristas, de um lado, e os nutrólogos e endocrinologistas do outro”*; *“outro debate sem fim é sobre os efeitos colaterais das substâncias”*; *“os consumidores terão de escolher se confiam mais nos médicos ou na Anvisa”*.

No entanto, apesar de uma pretensa aparência de neutralidade, característica dos discursos jornalísticos em geral, as vozes não são igualmente apresentadas no texto e o discurso da autoridade reguladora é o que ocupa o centro da cena discursiva no texto em análise. As vozes contrárias, embora presentes, não dispõem do mesmo espaço dado à agência para que seus pontos de vista fossem explicitados plenamente. Quatro enunciadores se posicionam, por intermédio do discurso direto, a favor da decisão da Anvisa: seu diretor-presidente, Dirceu Barbano; o pediatra Mário Lobato; o médico Dráuzio Varella; e uma ex-usuária de anfetaminas. A reportagem faz referência também a quatro enunciadores contrários à decisão da Anvisa: a indústria farmacêutica, o Conselho Federal de Medicina (CFM), a Sociedade Brasileira de Endocrinologia (SBE), e a Associação Brasileira para o

Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso). No entanto, apenas dois desses enunciadores têm espaço para voz, por meio do discurso direto: a SBE e, indiretamente, o CFM, uma vez que foi representado pelo vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal.

A forma como o argumento é construído ao longo do texto evidencia o posicionamento claro da revista a favor da decisão governamental. Palavras plenas¹¹, como “abuso”, “lobby”, “droga” e “crack”, são utilizadas para associar o uso de medicamentos emagrecedores a condutas indesejadas, como o consumo de drogas ilícitas.

A atuação da indústria farmacêutica é caracterizada como “lobby” por meio de operações que não são explícitas, mas que sugerem um receptor partidário desta “percepção ideológica”. O título “Os excessos do lobby” é acompanhado pelo subtítulo “*A Anvisa alega riscos aos pacientes e proíbe vários tipos de emagrecedores. Médicos protestam*”. A associação entre indústria farmacêutica e lobby não fica clara nesta primeira leitura, mas ao longo do texto encontramos algumas pistas dessa tentativa de semantização: “*o mercado multimilionário do emagrecimento acaba de sofrer um duro golpe no Brasil*”; “*a agência espera coibir os abusos nas prescrições de remédios para emagrecer no País*”; “*os números relacionados ao mercado da dieta são tão dilatados quanto as estatísticas sobre o crescimento da obesidade no mundo*”; “*havia médicos, segundo a denúncia da Anvisa, que chegavam a prescrever até 8 mil receitas por ano*”; “*a venda de inibidores de apetite envolve a gigantesca cifra de 350 milhões de reais por ano, com mais de 5 toneladas de anorexígenos consumidos*”.

Os estudos científicos que balizaram a decisão da Anvisa são referenciados como fatos, enquanto a argumentação da indústria farmacêutica e de endocrinologistas é apresentada com descrédito. “*A principal alegação da Anvisa, o da falta de estudos clínicos que comprovem a eficácia das substâncias proibidas, é rebatida pelos médicos com experiência em consultório (...)*”; “*A Anvisa rebate com um fato contra o qual existem poucos argumentos*”; “*O endocrinologista não soube responder por que 95% das receitas de anorexígenos são encaminhadas a farmácias de manipulação*”; “*Os médicos*

¹¹ Segundo Inesita Araújo, “palavras plenas são aquelas cujo sentido depende da formação discursiva em que o texto se inscreve e que já está formado na consciência das pessoas” (ARAÚJO, 2000, p.156).

questionam o conhecimento de causa da Anvisa no caso dos anorexígenos, mas no início mês passado apoiaram a nota técnica divulgada pela agência condenando o uso de um remédio para diabetes, o Victoza, como emagrecedor”.

As legendas das fotos e os trechos destacados como “olhos”¹² pela diagramação também seguem a mesma linha de argumentação e reforçam o aspecto lucrativo da indústria dos emagrecedores, a associação entre medicamentos e droga, e o lobby da indústria farmacêutica junto à Revista Veja.

Durante os dois anos em que estive em curso o debate sobre a retirada dos emagrecedores, houve um movimento forte de pacientes obesos contra a proibição dos medicamentos no Brasil, mobilizados principalmente pela Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso). O texto da revista cita uma das iniciativas de mobilização da Abeso, mas não dá espaço para manifestação de seus representantes ou de pacientes que apoiavam a manutenção dos produtos no mercado. O único caso que a matéria apresenta de experiência real com o uso de emagrecedores aparece em destaque no final do texto e diz respeito a uma experiência não exitosa de utilização do produto.

O depoimento em questão é de uma ex-usuária de anfetaminas. Intitulado “*Transtorno e dependência*”, é introduzido da seguinte maneira: “*M.C.P, santista, 48 anos, conta seu drama com as anfetaminas*”. A palavra “drama” já indica que a experiência da personagem com os medicamentos emagrecedores não foi de sucesso. Ela conta sua trajetória em primeira pessoa, recurso que traz veracidade e aproxima o leitor, estabelecendo uma relação de identificação entre o leitor e a personagem. Os fatos relatados se assemelham muito a experiências com consumo de drogas. A última assertiva é explícita nesse sentido: “*Fico me perguntando por que não receitam crack. Crack também tira o apetite*”.

É importante destacar que a reportagem se apóia em uma série de pré-construídos, exigindo que os receptores acionem, em vários momentos, seu repertório cultural. O leitor precisa saber, sem que se precise explicar, por exemplo, que o controle e mensuração de

¹² Olho – recurso de diagramação de matérias jornalísticas. É colocado no meio da massa de texto, entre colunas, para ressaltar trechos e substituir quebras.

riscos à saúde são atividades desejáveis. Essa é uma assertiva que não precisa estar escrita, pois pareceria óbvia demais para o receptor idealizado da revista. É como se fosse uma verdade absoluta, algo que sempre foi assim. Como diz Verón (2004, p. 57): “Embora todo discurso seja submetido a condições determinadas de produção, há alguns que se apresentam como se não o fossem”.

O sujeito da enunciação parece presumir, também, que a associação entre obesidade e doença já é de conhecimento do seu receptor. A própria ilustração que abre a matéria (silhueta de pessoas obesas em luta contra a balança) mobiliza um trabalho interpretativo do leitor, que precisa saber que: “magreza é saúde” x “obesidade é doença”. A demonização da obesidade fica evidente em: “*Não podemos deixar no mercado tecnologias que matam mais que a obesidade*”.

Outro pré-construído em relação à obesidade que aparece no texto é o de que nós, homens e mulheres pós-modernos, estamos cada vez mais obesos, e mais: somos obesos porque somos preguiçosos. Alguns trechos evidenciam esses discursos: “*a obesidade, segundo dados do IBGE, cresceu mais de quatro vezes entre os homens nos últimos 40 anos e mais de duas vezes entre as mulheres*”; “*Sem esforço. O caminho da droga é o mais fácil, diz Barbano, presidente da Anvisa*”.

Os argumentos da epidemiologia para justificar as ações de controle dos riscos à saúde são utilizados por todos os enunciadores, tanto os que se posicionam a favor da retirada dos emagrecedores, quanto os que se dizem contrários à medida. Esse recurso evidencia a crença na objetividade absoluta da Ciência, mascarando os aspectos políticos inerentes a tomadas de decisão desse tipo.

Texto 2 (fig.2)

Revista: Isto É

Editoria: Saúde

Título: “Emagrecedores Condenados”

Autor: Monique Oliveira

Fig 2



A Revista IstoÉ é uma revista de informações de periodicidade semanal publicada pela Editora Três, com tiragem de cerca de 395 mil exemplares. É uma das quatro revistas mais importantes do Brasil, ao lado de Veja, Época, e Carta Capital. Em seu site, a Revista ressalta a independência editorial como marca registrada da publicação.

A matéria “Emagrecedores Condenados” foi veiculada na editoria Saúde, na edição de 9 de outubro de 2011, e ocupa uma página no final da publicação. Significativamente menor do que a reportagem de Carta Capital, utiliza operações de natureza discursiva bastante diferentes. Nessa publicação, a temática dos emagrecedores é rotulada como matéria de “Saúde” e o autor empírico do texto, a jornalista Monique Oliveira, pode ser identificado como o sujeito da enunciação.

O fato de ter sido publicada na editoria de Saúde parece indicar que o corpo editorial da revista quer que seu receptor perceba o tema como um assunto especializado. Essa estratégia encobre a controvérsia que conduziu o debate e mascara o caráter político e ideológico inerente a qualquer publicação desse tipo. Como assinala Michel Foucault (1996, p.10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. O box¹³ “*O que muda na indicação dos remédios*”, diagramado do lado esquerdo do texto, com um resumo sobre os desdobramentos da decisão, reforça essa tentativa de enquadrar o assunto sob um ponto de vista estritamente técnico, objetivo.

Indo de encontro à aparência de cientificidade, o caráter ideológico do texto fica evidente logo no subtítulo, que revela o posicionamento contrário da revista à decisão da Anvisa: “*Proibição de remédios derivados da anfetamina contraria médicos e deixa alguns pacientes sem opção*”. A legenda e a foto de uma ex-usuária de anfetamina também contribuem para esse efeito de sentido. A foto mostra a paciente de perfil, com um olhar perdido, triste, e a legenda complementa: “*A engenheira civil Nádia Nachiluk só emagreceu com Femproporex, agora proibido pela Anvisa*”.

Nesta reportagem, os enunciadores convocados são: Anvisa, Conselho Federal de Medicina (CFM), uma usuária de anfetamina e dois médicos. A linha de argumentação

¹³ Box é um recurso de diagramação utilizado em matérias jornalísticas para destacar uma parte do assunto abordado ou dar explicações adicionais ao leitor.

segue um rumo oposto ao da matéria de Carta Capital. Todos os enunciadores tem espaço para se manifestar por meio do discurso direto. No entanto, quatro enunciadores se posicionam contra a decisão da Anvisa (representante do CFM, engenheira e ex-usuária de anfetamina, uma médica sem especialidade definida e um endocrinologista) e apenas um enunciador fala a favor da decisão governamental (o diretor-presidente da Anvisa), sendo o último a se pronunciar e já no fechamento do texto.

A associação entre obesidade e doença fica, na matéria da Revista IstoÉ, mais evidente do que no texto de Carta Capital, assim como a ideia de que o controle de riscos à saúde é uma atividade necessária e inquestionável. Os dois pré-construídos aparecem sempre associados e suas marcas podem ser identificadas em trechos, como: *“O sobrepeso atinge 40% dos brasileiros e aumenta o risco de problemas do coração. Na contramão, o remédio para emagrecer sibutramina eleva em 16% o risco de doenças cardiovasculares – principal causa de morte em países industrializados”*; *“Tentei tudo, mas só perdi 26 quilos com o uso do femproporex. Preciso emagrecer mais e não sei como fazer”*.

Outro discurso que aparece com força na reportagem de IstoÉ é o discurso da medicalização. Durante toda a leitura, percebe-se um intertexto de que o uso de medicamentos é fundamental para tratar enfermidades e que esse é um direito do cidadão. Essa perspectiva da farmacologização fica clara no trecho: *“Segundo os médicos, não há outras substâncias com efeito igual aos anfetamínicos, prescritos a quem não teve sucesso com os demais medicamentos”*; *“A única saída desses pacientes é experimentar medicamentos que não foram originalmente aprovados para a perda de peso”*; *“Vamos garantir o direito do médico de prescrever e o da população de continuar tomando”*. Em suma, o texto reforça a patologização da obesidade e a necessidade do uso de anorexígenos para garantir a saúde dos pacientes.

Considerações Finais

A partir do exercício de análise comparativa das duas unidades discursivas escolhidas, podemos perceber que qualquer jogo discursivo é múltiplo, complexo, contraditório. Embora abordem o mesmo assunto e partilhem de algumas condições de produção semelhantes, cada texto mobiliza as operações discursivas de maneiras diferentes,

buscando atender seus interesses e objetivos “pragmático-argumentativos”. A busca pela compreensão dos sentidos produzidos pela mídia jornalística, como sublinha Valdir Oliveira (2013, p.6), deve levar em conta que este espaço discursivo é uma arena de disputas simbólicas, “permeadas por determinadas condições de produção e de enunciação e que, por sua vez, são atravessadas por variáveis socioculturais”.

A análise revela algumas especificidades do nosso tempo, que deixam traços em ambos os textos. A perspectiva hegemônica do controle de riscos como forma de evitar os agravos à saúde, o imperialismo sanitário que se expressa (também) por meio da medicalização e da farmacologização da vida em sociedade, e a crença numa epidemia da obesidade são apenas algumas dessas “hegemonias” discursivas, que se expressam por meio de discursos naturalizados, referenciados como verdades absolutas.

Além disso, uma perspectiva racionalizante permeia os dois textos, postulando a necessidade de controle coletivo e individual sobre os riscos à saúde e desvelando assimetrias inerentes às cenas social e discursiva. A adoção de um estilo de vida saudável é entendido como recurso e responsabilidade do indivíduo e a interpretação e manejo de dados epidemiológicos como dever dos órgãos reguladores, das instituições médicas e dos setores governamentais. Essa perspectiva nos remete à abordagem conservadora da promoção da saúde, que valoriza mecanismos de culpabilização do indivíduo e aprofunda a distância entre o gestor ou profissional de saúde (vistos como detentores do conhecimento) e os cidadãos comuns (responsáveis por receber e reproduzir conhecimentos pelo bem de sua saúde).

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, I. **A Reversão do olhar**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CARDOSO, J.M. **Comunicação, saúde e discurso preventivo: uma leitura das campanhas de Aids na TV**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PINTO, M.J. **As marcas lingüísticas da enunciação**. Rio de Janeiro: Numem Editora, 1994.

PINTO, M.J. **Comunicação e discurso**. São Paulo: Hacker editores, 1999.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.